

Como a pandemia afeta o trabalho da assistência social

Mariana Vick 13 de ago de 2020(atualizado 14/08/2020 às 14h58)

Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que maioria dos profissionais, que atuam no cuidado de pessoas vulneráveis, não recebeu preparo para a

FOTO: AMANDA PEROBELLI/REUTERS - 18.JUN.2020

HOMEM RECEBE CESTA BÁSICA DA ONG CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS NA COMUNIDADE DE HELIÓPOLIS, EM SÃO PAULO

[Mais de 70%](#) dos profissionais da assistência social brasileiros não se sentem preparados para trabalhar durante a [pandemia do novo coronavírus](#), e 9 em cada 10 deles não foram testados para a covid-19, mesmo quase seis meses após o registro do primeiro caso da infecção no país.

É o que mostra um estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) divulgado na quinta-feira (13) que mapeou os efeitos da pandemia sobre o trabalho de quem está na linha de frente da assistência social neste estágio da crise de saúde.

A pesquisa, feita a partir de um questionário respondido por 1.019 pessoas, mostra que a maior parte dos assistentes sociais, psicólogos e profissionais da área sente medo da covid-19 – não só por causa da velocidade da infecção no país, mas porque as condições de trabalho, consideradas ruins, os impedem de se proteger adequadamente.

Mais de 80% das pessoas que responderam à pesquisa disseram que não receberam treinamento quando a pandemia começou, embora quase todas (95%) tenham mudado suas práticas de trabalho no período. Só metade delas recebeu EPIs (equipamentos de proteção individual), como máscaras para o rosto, no local onde atuam.

11%

dos profissionais da assistência social foram testados para a covid-19

74%

dos profissionais da assistência social sentiram impactos negativos na saúde mental depois da crise

Além de medo, os profissionais de assistência vêm sentindo estresse, cansaço e tristeza, segundo o estudo da FGV. Entre as razões para isso estão o aumento da carga de trabalho, a chance de se infectar ou infectar conhecidos e a inação de governos para responder à crise.

A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Estudos da Burocracia da FGV, que desde o início da pandemia tem feito análises sobre os impactos da covid-19 sobre integrantes do serviço público. Pesquisas também foram conduzidas com [profissionais de saúde](#), defensores públicos e [agentes penitenciários](#). Segundo a FGV, serviços públicos de qualidade são importantes para reduzir os efeitos negativos da pandemia sobre grupos vulneráveis.

Para Gabriela Lotta, uma das coordenadoras do estudo, as condições precárias do trabalho de assistência social podem prejudicar as pessoas que esses profissionais atendem. Quando não há testagem de assistentes e psicólogos, aumenta-se o risco de eles poderem transmitir a covid-19, disse ela na quinta-feira (13) no lançamento do estudo.

A pesquisa mais recente representa a segunda fase de estudos da FGV sobre a assistência social durante a pandemia do coronavírus. A [primeira etapa do levantamento](#) foi divulgada em abril. Nesse tempo, as condições de trabalho dos profissionais melhoraram, mas continuam aquém do que é considerado adequado para sua segurança, segundo o estudo.

O que mudou com a pandemia

A pesquisa da FGV mostra que quase todos os profissionais de assistência social, conhecidos pelo trabalho próximo do público, mudaram a rotina depois que a pandemia do novo coronavírus trouxe as exigências de distanciamento social como medida para evitar o contágio.

Mais de 90% deles contam que sua forma de se relacionar com os colegas e com o público mudou — a convivência é menor, não há mais contato físico e parte dos profissionais aderiu ao teletrabalho e a outras tecnologias. Uma parte dos serviços de assistência, como visitas domiciliares e atividades em grupo, foram suspensas.

Mesmo com a pandemia, pouco menos da metade dos profissionais (46%) disse que recebeu suporte de seus chefes durante a crise, e quase 90% disseram que governos não agiram para auxiliar as atividades de assistência social neste período.

11%

dos profissionais de assistência tiveram apoio institucional (dos governos) durante a pandemia

A pesquisa identificou que os profissionais de assistência estão insatisfeitos com a atuação do poder público na pandemia. Pouco mais da metade (56%) dos entrevistados disse que os governos municipais os apoiaram durante a crise, enquanto 46% aprovam as ações dos governos estaduais. Apenas 22% elogiam o governo federal.

Sem apoio da chefia ou do poder público, os profissionais tentam se proteger ou superar as adversidades da pandemia por conta própria, comprando os próprios EPIs ou procurando ativamente casos de pessoas em situação de vulnerabilidade (quando, por causa do distanciamento, elas não buscam mais os serviços de assistência), de acordo com Gabriela Lotta.

Outros casos são de profissionais que, por causa das más condições de trabalho, têm tirado licenças ou procurado outros meios de se afastar das atividades — o que mostra como as adversidades da pandemia não só podem afetar os trabalhadores da assistência, mas prejudicar a qualidade de seu serviço, segundo a pesquisadora.

Ao mesmo tempo, a pandemia ampliou as tarefas dos profissionais de assistência, que vêm trabalhando para prevenir os efeitos socioeconômicos da crise na vida das pessoas e reduzir danos aos quais elas estejam sendo expostas, num contexto em que [novos grupos](#) passam a ficar vulneráveis e o distanciamento dificulta as ações.

O que faz a assistência social

A [política de assistência social](#) envolve ações do poder público e da sociedade civil que buscam amparar pessoas sem acesso pleno à cidadania ou que tiveram seus direitos violados, garantindo a elas renda, acolhimento e proteção contra eventuais riscos, entre outros.

Toda pessoa pode acessar a assistência social, embora alguns programas do governo sejam voltados a certos segmentos. Entre os principais usuários da política estão pessoas em situação de vulnerabilidade (quanto à renda, ao emprego, à moradia) e grupos específicos (idosos, mulheres, crianças e adolescentes) que tiveram seus direitos negligenciados.

Uma das políticas mais conhecidas da assistência no país é o [Bolsa Família](#), programa de transferência de renda destinado a famílias pobres ou extremamente pobres que tem como objetivo garantir condições mínimas de vida a essas pessoas. Outra política conhecida é o [BPC](#) (Benefício de Prestação Continuada), voltado a idosos e pessoas com deficiência também na pobreza.

Entre os equipamentos da assistência, ou seja, os lugares onde as pessoas podem buscar esses serviços, estão o Cras (Centro de Referência de Assistência Social), o Creas (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), centros de acolhimento para quem está em situação de rua, casas-lares para idosos, entre outros.

Quem busca os serviços de assistência pode encontrar atendimento ali ou ser encaminhado para outros órgãos públicos, como de saúde, educação e segurança (nos casos em que a pessoa é vítima de violência, por exemplo). É comum que os equipamentos da assistência trabalhem ao lado de diferentes setores de políticas públicas.

Todos esses serviços são organizados dentro do Suas (Sistema Único de Assistência Social), um equivalente do SUS voltado à assistência. O Suas é coordenado pelo atual Ministério da Cidadania, embora as políticas de assistência sejam também conduzidas por estados e municípios. A [Loas](#) (Lei Orgânica de Assistência Social) define as regras do setor.

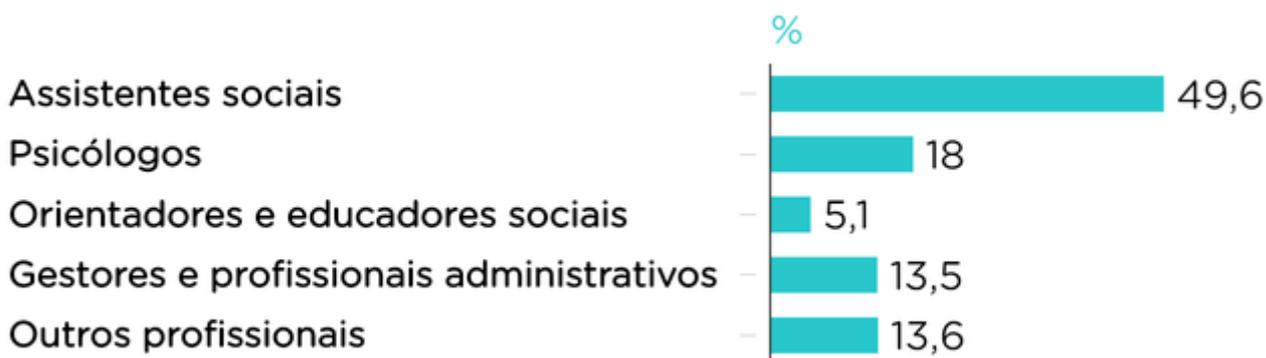
Quem são os participantes do estudo

A pesquisa da FGV foi realizada a partir de um questionário online que coletou respostas de 1.091 profissionais de assistência social de todas as regiões do Brasil entre os dias 15 de junho e 1º de julho de 2020.

O perfil dos participantes indica que a pesquisa contempla as impressões de cinco grupos de profissões da área da assistência. A maioria dos entrevistados é de assistentes sociais (49,6%), mas há também psicólogos, orientadores e educadores sociais, gestores dos equipamentos de assistência e outros profissionais.

MAIS ASSISTENTES

Proporção dos participantes do estudo, por profissão



Fonte: "A pandemia de covid-19 e os profissionais de assistência no Brasil", segunda fase.

NEXO

Mais de 85% dos entrevistados são mulheres, enquanto 12% são homens e uma minoria não declarou o gênero. A pesquisa mostra que, combinando os dados de gênero com os de raça/cor, a maior parte das pessoas que responderam ao questionário é mulher e branca (39,5%), seguida de mulheres pardas (31%) e mulheres pretas (12,5%).

Um dos aspectos que o estudo da FGV aponta é que, havendo grande quantidade de mulheres no setor, quem está no comando das políticas de assistência deve se atentar

para as desigualdades às quais elas estão sujeitas e que se acentuam na pandemia. Mais que aumento da carga de trabalho, para elas cresce também o trabalho doméstico.

Oitenta e dois por cento dos participantes disseram que trabalham em serviços de assistência geridos pelo poder público, enquanto 17% estão em organizações da sociedade civil. Entre eles, 71% trabalham na área há menos de 10 anos, mas 70,5% dizem ter vínculos com as regiões onde atuam.